ASSUNTO: Operações de cedência de activos.

O Banco de Portugal solicitou recentemente informação sobre operações de cedência de activos para fundos/veículos, realizadas por contrapartida da subscrição, directa ou indirecta, de posições nesses fundos/veículos. Analisadas as características destas operações, o Banco de Portugal esclarece o seguinte:

- a) As exposições em balanço resultantes de tais operações de cedência de activos devem ser consideradas na classe de risco “Organismos de Investimento Colectivo (OIC)” do método Padrão, ponderadas a 150%;
- b) Relativamente às instituições que apliquem o método IRB, os requisitos de fundos próprios para as exposições em causa devem passar, num prazo máximo de cinco anos, a ser calculados de acordo com o previsto neste método para as posições ponderadas pelo risco sobre OIC;
- c) Independentemente do método de cálculo de requisitos de fundos próprios, as exposições com maior grau de subordinação provenientes das operações de cedência de activos devem ser ponderadas a 1250%;
- d) Em base consolidada, caso os fundos/veículos sejam incluídos no perímetro de consolidação, os activos consolidados devem ser ponderados de acordo com a classe de risco onde se enquadrem. Sempre que o processo de consolidação destes fundos/veículos origine o registo de interesses minoritários, estes não são elegíveis para o cômputo dos fundos próprios;
- e) No prazo de 30 dias após a realização de cada operação de cedência de activos, deve ser remetido ao Banco de Portugal um parecer, pela positiva e devidamente fundamentado, do auditor externo da instituição, que se pronuncie sobre: (i) O tratamento contabilístico adoptado em base individual e consolidada; (ii) A razoabilidade dos pressupostos e da metodologia subjacente à determinação do justo valor dos activos transferidos. Este parecer deve ser acompanhado de uma descrição detalhada da operação, a efectuar pela instituição, que abranja os aspectos enumerados no Anexo 1;
- f) Deve ser igualmente remetido ao Banco de Portugal, até ao próximo dia 18 de Maio, um parecer pela positiva e devidamente fundamentado do auditor externo da instituição relativamente às operações já concretizadas, que se pronuncie sobre os aspectos enumerados na alínea anterior. Este parecer deve ser acompanhado de uma descrição detalhada das operações, a efectuar pela instituição, que abranja os aspectos enumerados no Anexo 1;
- g) As instituições devem manter um dossier devidamente actualizado sobre os fundos/veículos relativamente aos quais detenham exposições em resultado das operações de cedência de activos, compreendendo os elementos referidos no Anexo 2;
- h) Caso as instituições não cumpram o dever de informação previsto na alínea anterior, o Banco de Portugal poderá determinar a aplicação de uma ponderação de 1250% para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios às exposições com menor grau de subordinação;

O Banco de Portugal, com base, nomeadamente, na análise dos indicadores de risco associados aos sectores de actividade onde as exposições se concentram e em função da dimensão das exposições assumidas por cada instituição e do grau de diversificação dos investidores em cada fundo/veículo, avaliará periodicamente a necessidade de agravar a ponderação aplicada às posições com menor grau de subordinação.

Trimestralmente, as instituições que tenham realizado operações de cedência de activos por contrapartida da subscrição, directa ou indirecta, de posições nesses fundos/veículos, devem enviar, no prazo de 30 dias após o final do trimestre, informação quantitativa sobre cada uma das operações realizadas, de acordo com o template disponível na BPnet. O primeiro reporte de informação, com referência a 31 de Dezembro de 2011, deverá ser enviado até ao próximo dia 10 de Abril. Estes reportes devem ser remetidos por correio electrónico, para o seguinte endereço: supervisao.prudencial@bportugal.pt.

Enviada a:

Bancos, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos, Caixas Económicas, Instituições Financeiras de Crédito, Sociedades de Factoring, Sociedades de Investimento, Sociedades de Locação Financeira e Sociedades Gestoras de Participações Sociais.

ANEXO 1

- Identificação dos activos cedidos;
 - Motivação e racionalidade económica para a realização da operação;
 - Data de realização da operação;
 - Montante dos activos cedidos, discriminado por tipologia de activos, explicitando e fundamentando a forma como foi apurado o justo valor da transferência;
 - Identificação e justificação de eventuais diferenças apuradas ou estimadas face ao valor contabilístico dos activos cedidos líquido de imparidade/provisões;
 - Montante e natureza (unidades de participação, financiamentos, prestações acessórias, etc) das posições assumidas por contrapartida dos activos cedidos, com indicação do seu grau de senioridade, bem como dos riscos associados;
 - Fundamentação, ao abrigo das normas contabilísticas em vigor, do tratamento contabilístico da operação, em base individual e consolidada;
 - Referência a eventuais compromissos assumidos, pela entidade cedente ou por qualquer outra entidade do grupo, com terceiros detentores de exposições sobre fundos/veículos;
 - Explicitação do tratamento e impacto prudenciais decorrentes da operação, em base individual e consolidada;
 - Identificação do veículo/fundo para o qual foram transferidos os activos, nomeadamente a sua denominação, natureza, estrutura de capital, localização, tipo de supervisão a que está sujeito, bem como identificação da respectiva sociedade gestora;
 - Caracterização do veículo/fundo para o qual foram transferidos os activos, designadamente dos respectivos objectivos e política de investimento, prazo previsto para a sua duração, incluindo eventuais extensões daquele prazo, período de investimento e limite(s) máximo(s) para os activos do fundo;
 - Identificação dos investidores envolvidos, diferenciando entre investidores nacionais e estrangeiros (sendo relevante para efeito desta diferenciação a origem do capital e não a sede do investidor);
 - Percentagem máxima e montante mínimo de subscrição por cada investidor no fundo;
 - Indicação sobre o regime de comissões de subscrição, de gestão, de performance e de venda a pagar à sociedade gestora;
 - Mecanismos instituídos tendo em vista o acompanhamento do risco associado às exposições assumidas em resultado dos activos cedidos;
 - Apresentação esquemática da estrutura da operação;
 - Regulamento de gestão do veículo/fundo para o qual foram transferidos os activos;
 - Informação quantitativa sobre exposição original e a exposição após cedência do activo, bem como os fluxos envolvidos (valor da cessão, eventual perdão de crédito, resultado apurado com a cessão e numerário recebido), de acordo o template disponível na BPnet.
-

ANEXO 2

- Informação financeira dos fundos/veículos (auditada);
 - Identificação dos investidores envolvidos, diferenciando entre investidores nacionais e estrangeiros (sendo relevante para efeito desta diferenciação a origem do capital e não a sede do investidor);
 - Informação sobre os investimentos detidos pelos fundos/veículos, designadamente:
 - Informação detalhada sobre a carteira de activos e respectiva metodologia de valorização;
 - No caso de projectos imobiliários, informação detalhada sobre a situação dos mesmos, incluindo perspectivas de comercialização, eventuais contingências e constrangimentos associados ao seu licenciamento / exploração;
 - Avaliações actualizadas dos activos, por entidade avaliadora devidamente qualificada e com experiência reconhecida;
 - Demonstrações financeiras (auditadas) das entidades participadas pelos fundos/veículos ou sobre as quais os fundos/veículos detenham exposições creditícias;
 - Informação detalhada sobre eventuais contratos de exploração ou outros celebrados pelo Fundo / SPV;
 - Orçamento previsional e planos de tesouraria;
 - Plano de negócio / caso base e análise da sua evolução e desvios.
 - Memorando, preparado pela própria instituição, com a análise de suporte à valorização de cada fundo/veículo a registar nas contas do final do exercício, com base na informação acima referida. Esta informação deve estar disponível a tempo de ser analisada e incorporada nas contas anuais;
 - Memorando, preparado pela própria instituição, que fundamente, ao abrigo das normas contabilísticas em vigor, o respectivo tratamento contabilístico, e com base na informação de valorização dos activos, que a transferência foi efectuada ao justo valor.
-